



ACTA N.º 43
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 11-12-2006
REUNIÃO PRIVADA

Aos onze dias do mês de Dezembro, do ano dois mil e seis, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal de Aveiro, no Sala da Presidência do Edifício dos Paços do Concelho, sob a direcção do Sr. Presidente, Dr. Élio Manuel Delgado da Maia, e com a presença dos Srs. Vereadores, Dr. Luís Miguel Capão Filipe, Eng.º Carlos Manuel da Silva Santos, Dr. Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Dr. Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Dr.ª Marília Fernanda Correia Martins, Dr. Nuno Manuel Marques Pereira, Dr.ª Margarida Dias Ferreira e Dr. António Rocha Dias de Andrade.

Pelas 11h15m, o Sr. Presidente declarou aberta a presente reunião.

FALTAS: - O Sr. Presidente da Câmara deu conhecimento do requerimento apresentado pelo Sr. Vereador Dr. Eduardo Elísio Peralta Feio, eleito pelo Partido Socialista, no qual comunicava a sua ausência do dia 11 ao dia 31 de Dezembro do corrente ano, ao abrigo do art.º 78º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterado pela Lei n.º 5- A/2002, de 11 de Janeiro. A Câmara deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dadas e proceder à sua substituição pelo Sr. Vereador Dr. António Rocha Dias de Andrade.

APROVAÇÃO DAS ACTAS: - Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a acta n.º 42.

De seguida o Sr. **Presidente da Câmara** cumprimentou todos os membros presentes e deu início à apreciação do assunto constante da Ordem do Dia:

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2007 DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE AVEIRO: - O Sr. Presidente da Câmara submeteu à discussão do Executivo, o documento referido em epígrafe. De seguida deu a palavra ao Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira para fazer a apresentação do respectivo documento.

O Sr. **Vereador Dr. Pedro Ferreira** iniciou a sua intervenção realçando que o documento espelhava o cunho do Executivo Municipal, nomeadamente, na reaproximação do Município de Aveiro à ria, tendo sido dado especial destaque aos projectos da Pista de Remo e do Núcleo de Apoio à Pesca de S.Jacinto.

O Sr. Vereador salientou que estavam reflectidas no orçamento algumas obras que iriam ser executadas pelo Município no âmbito do Aveiro Polis, o que implicará a redução do capital social no valor de 2,235 milhões de euros e em contrapartida a assunção de obras que ascendem a 5 milhões de euros.

O Sr. Vereador afirmou que no documento foi dada relevância ao cumprimento do protocolo celebrado entre a Rede de Museus da Cidade e o Instituto das Artes, aos custos derivados da implementação nos serviços de medidas de Higiene e Segurança no Trabalho. Em relação ao turismo, pretende-se lançar a marca "Aveiro".

Prosseguindo, o Dr. Pedro Ferreira esclareceu que se encontravam perspectivados os custos previstos com o pessoal e com a execução das obras para a implementação do Gabinete de Atendimento Integrado, que se pretendia que fosse uma realidade no próximo ano de 2007.

Quanto ao acréscimo significativo do orçamento o Sr. Vereador informou que o mesmo se devia à regularização da dívida com a SIMRIA originando um aumento de 11,8 milhões de euros. Mais, estavam contemplados naquele documento 8,5 milhões de euros para a execução das infra-estruturas da Pista de Remo e 4 milhões de euros relativos a juros.

O Dr. Pedro Ferreira, dando continuidade à explicação do documento acrescentou que se tinha mantido a transferência de 50% do valor do FEF destinado às Juntas de Freguesia e que estava contemplada uma verba para a regularização da dívida de 6 milhões de euros com a empresa SOMAGUE e 1 milhão de euros com a empresa ETERMAR. Frisou que houve um aumento de 600.000 euros em despesas com pessoal, resultante especialmente dos aumentos salariais e de 4 milhões de euros relativos a transferências de verbas entre entidades nomeadamente AMRIA, AVEIRO DIGITAL, etc.

O Sr. Vereador concluiu, dizendo que estavam reflectidas no orçamento situações que o Município tinha que assumir e que o Executivo pretendia regularizar no mais breve espaço de tempo.

O Sr. Vereador **Dr. Nuno Marques Pereira** iniciou a sua intervenção, dizendo que deveria ter sido feita uma alteração à agenda da reunião, porque considerava não ser de aplicar o termo “aprovação” mas sim “discussão”, uma vez que o documento global só foi dado a conhecer, apenas dois dias antes da sua apreciação e por esse motivo não foi possível fazer uma análise rigorosa que lhe permitisse dar um contributo efectivo e votar conscientemente. Disse ainda, não concordar com a opinião do Sr. Presidente quando afirmou que as GOP eram o documento político, mais importante do orçamento e por isso distribuído desgarradamente do restante documento.

O Sr. Vereador expressou a sua preocupação com a sustentabilidade financeira da Câmara Municipal e com todas as questões daí decorrentes, sendo que, para o Partido Socialista não era uma situação catastrófica, mas uma situação que requeria coragem e determinação na implementação de algumas medidas. Mais, disse que fazia questão de ser esclarecido sobre as principais medidas que o Executivo pretendia implementar para minimizar aquela situação. Referiu que o orçamento para 2007 batia todos os recordes e manifestou o seu desagrado com as explicações dadas pelo Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira para um orçamento de 191 milhões de euros. Confessou ter alguma expectativa em relação ao aumento da receita e questionou sobre a contratação de um empréstimo no valor de 1 milhão e quinhentos mil euros, o valor dos terrenos no montante de 80 milhões de euros e a contratação de empréstimos a médio e longo prazo no valor de 1.5 milhões de euros.

Continuando o Sr. Vereador reafirmou que não compreendia porque é que era assumida uma dívida com a SIMRIA no montante de 11,8 milhões de euros, que ainda não era dívida, assim como, a assunção de encargos anuais até 2010, de 3 milhões de euros, valores relativos a um contrato que não estava em vigor.

O Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira respondendo às questões levantadas pelo Dr. Nuno Marques Pereira, esclareceu que naquele documento havia uma redução do valor da dívida relativamente às Juntas de Freguesia.

O Sr. Vereador esclareceu que o empréstimo de 1.5 milhões de euros podia ser feito, desde que fosse destinado a investimentos na área da habitação social e os fundos comunitários estavam contemplados para concretizar os projectos da POLIS.

Relativamente à dívida com a SIMRIA, o Dr. Pedro Ferreira informou que esta estava prevista no orçamento da Câmara porque o contrato foi efectuado pelo anterior Executivo. Quanto aos terrenos do PDA, estes faziam parte do leaseback contratualizado pela Câmara Municipal de Aveiro.

O Sr. Vereador Dr. Nuno Marques Pereira contrapôs, dizendo que lhes tinha sido pedido paciência, contenção e rigor, e por isso pretendeu saber quais as medidas concretas e como é que elas se espelhavam naquele orçamento, para saber qual a estratégia que o Executivo pretendia seguir para iniciar o combate àquela dívida.

O Sr. Vereador Dr. Nuno Marques Pereira questionou as verbas de cento e vinte e sete mil euros para a formação do Gabinete de Apoio Integrado, noventa mil euros para equipamentos diversos, cinco e cinquenta mil euros para serviços em regime de tarefa e avença e 8.3 milhões de euros para o projecto da Pista de Remo.

Em relação à transferência de verbas para as empresas municipais, o Sr. Vereador solicitou esclarecimentos quanto à MOVEAVEIRO, e o destino da empresa, pois considerava ser uma preocupação legítima dos trabalhadores. Quis perceber a razão da verba de mil euros para apoio à exploração e ainda, o montante de 6 milhões e trezentos mil euros para terrenos.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Marília Martins questionou se a rubrica “construção, remodelação e reconstrução das escolas” dizia respeito à Carta Educativa, sendo que havia outra rubrica “reparação e outros trabalhos”, ao que lhe foi respondido pelo Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira que a mesma previa também a construção de novas EB1. Em relação à escola das Barrocas, a verba atribuída seria para apetrechamento de material informático.

Em relação à verba atribuída ao Protocolo com o Estabelecimento Prisional, a Sr.ª Vereadora questionou se era destinada ao pagamento aos reclusos e se já tinha sido implementado aquele protocolo de serviços prestados pelos reclusos.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Margarida Ferreira questionou se a verba de 363.750 euros era destinada a aquisição de material de cartografia, ao que o Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira respondeu ser para adquirir mapas cartográficos e para a contratação de uma empresa de fiscalização.

Em relação ao Gabinete Técnico Florestal a Sr.ª Vereadora perguntou se a verba de 7.320 euros era para a Câmara adquirir ou alugar viaturas, tendo o Dr. Pedro Ferreira respondido que se destinava a fazer face a compromissos com seguros e acções de formação com o pessoal.

O Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira disse ainda que o valor definido para o Gabinete de Atendimento Integrado resultou de algumas reuniões e que as verbas contempladas seriam para fazer face às respectivas obras no Centro Cultural e de Congressos e aquisição de material.

No que respeitava à manutenção de toda a frota da Câmara, o Sr. Vereador disse que um dos objectivos era aliviar os custos com a saída de veículos mais antigos e com os seguros e a manutenção dos veículos necessários através de locação e mantinha-se o mesmo valor do orçamento anterior relativamente à rubrica “tarefa e avença”.

Acentuou que em relação à Polis o processo foi negociado com o Estado e que o Município pretendia liquidar a dívida relativa à sua parte no Capital Social em 2007, mas a verba era ainda muito elevada, quanto ao capital social por realizar. Para a sua redução a Câmara teria que assumir algumas empreitadas e daí os empréstimos a médio e longo prazo, para complemento de comparticipação de fundos comunitários para financiamento das referidas empreitadas, e assim, o montante em dívida ser reduzido para 1 milhão de euros.

Em relação à SIMRIA, o Sr. Vereador afirmou que a Câmara teria de assumir toda a dívida. Não havia ainda o modelo aprovado, mas todos os anos a Câmara teria de assumir 3 milhões de euros inerentes ao contrato celebrado pelo anterior Presidente da Câmara.

Finalmente, referiu que o cronograma da Pista de Remo foi aprovado pela Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

O Sr. Vereador Dr. Capão Filipe afirmou que dadas as dificuldades financeiras, a Câmara Municipal fez em relação à Polis uma proposta adequada, transferindo para o Município a responsabilidade de finalizar as obras constantes do respectivo protocolo com o capital social, terminando assim com chave de ouro aquele magnífico projecto.

O Dr. Miguel Capão Filipe referiu ainda, que em relação à semana da mobilidade, se manteve a verba inscrita nos orçamentos anteriores e o Executivo estava a apostar em realizar diversas campanhas no âmbito da problemática da saúde, nomeadamente um evento “feira do social e da saúde”, que será inédito no país.

No que dizia respeito à criação do Gabinete Municipal de Medicina Desportiva, seria um processo que está em estudo. A tutela estava a realizar todos os esforços no sentido de recriar de novo estes Gabinetes, mas até lá as autarquias poderão assumir um papel nesta matéria.

Concluindo quanto à problemática da área social e apoio aos grupos de risco, o projecto “Contacto”, o Sr. Vereador Dr. Capão Filipe disse que o Executivo tinha como objectivo apoiar a criação de um Gabinete no terreno situado na Praça do Peixe, destinado a dar apoio e prevenção designadamente aos alcoólicos e toxicodependentes.

O Sr. Vereador Dr. Jorge Greno pronunciou-se em relação ao Gabinete de Higiene e Segurança no Trabalho, reconhecendo que era muito importante não só para implementar todas as medidas naquela área, como para apoiar os funcionários na realização de exames médicos, e assim, contribuir para prevenção e redução do absentismo.

AUA
K

A Sr.^a Vereadora Dr.^a Marília Martins assegurou que deveríamos ser parceiros e promotores de iniciativas como o Gabinete Municipal de Medicina Desportiva, mas não concordava que fosse a Autarquia a tomar essa iniciativa porque aqueles tipos de acções deveriam ser desencadeadas pelas áreas da especialidade.

A Sr.^a Vereadora considerou que se corria o risco de desresponsabilizar os médicos de família e por isso, deveriam ser os Serviços de Saúde a constituir aquele gabinete, sendo a Câmara Municipal a apoiar.

Finalizando, a Dr.^a Marília Martins indagou sobre a razão de 2.500 euros para espaço de atendimento, ao que o Dr. Capão Filipe respondeu que visava a possibilidade de adaptação da carrinha móvel do projecto RIA.

O Sr. Vereador Eng. Carlos Santos respondendo às questões levantadas pelo Sr. Vereador Dr. Nuno Marques Pereira, disse ter havido um diálogo com as Juntas de Freguesia no sentido de serem definidas as empreitadas consideradas prioritárias a concretizar em cada freguesia e que a delegação de competências se tinha mantido. Relativamente às verbas contempladas para o Departamento dos Serviços Urbanos, afirmou que todas as despesas foram previstas.

O Sr. Vereador Dr. Nuno Marques Pereira reafirmou que necessitava de saber como se tinha chegado a um montante tão elevado, sendo o 1º orçamento do Executivo. E quis saber quais eram as medidas concretas e qual o caminho que a Câmara iria assumir para dirimir as dificuldades financeiras.

O Dr. Nuno Marques Pereira disse que em relação à SIMRIA e à questão dos terrenos teria que haver explicações mais concretas, pois aquele tipo de avaliação não fazia sentido. Aproveitou para aconselhar o Sr. Presidente para não fazer o próximo orçamento daquela forma e para não referir que as GOP eram o documento mais político, pois constituíam apenas a parte da despesa. É necessário justificar como se alcança esta despesa.

Por último, o Sr. Vereador acrescentou que era uma irresponsabilidade do Partido Socialista se dessem os contributos em relação à despesa sem saberem qual era a receita, porque no contexto político e actual da Câmara, era importante saber qual o caminho a ser traçado pelo Executivo para resolver a difícil situação financeira em que aquela se encontrava.

APROVAÇÃO EM MINUTA: Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do disposto no n.º 3, do art. 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/02, de 11 de Janeiro, tendo a mesma sido distribuída por todos os Membros da Câmara Municipal, e por eles assinada.

E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião às 12h30m. Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que foi assinada pelo Sr. Presidente da Câmara, Dr. Élio Manuel Delgado da Maia e por mim, Maria Teresa Rodrigues Marques, chefe de Secção da Divisão de Organização e Administração.

zinf
Recess
Marília Martins

Nuno Manuel Marques Pereira

[Signature]

maria teresa

[Signature]

[Signature]

António Pacheco Andrade